



Estudos Ibero-Americanos

ISSN: 0101-4064

eia@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul
Brasil

Pereira Elmir, Cláudio

A ficção e o maravilhoso no discurso jornalístico

Estudos Ibero-Americanos, vol. 35, núm. 2, julio-diciembre, 2009, pp. 127-147

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134615890007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A ficção e o maravilhoso no discurso jornalístico¹

Fiction and the formidable in journalistic discourse

Cláudio Pereira Elmir*

Resumo: O texto apresenta a lógica de funcionamento do discurso do jornal *Última Hora*, de Porto Alegre (1960-1964), através do reconhecimento da presença de dois princípios relativamente solidários: a ficção e o maravilhoso. Por meio da análise de matérias prioritariamente ligadas à chamada crônica policial, identifica-se inúmeros sinais desta aludida presença. Ambos os princípios contribuem para a realização de que o fazer jornalístico deste periódico possa ser associado à consumação do discurso do senso comum na imprensa escrita.

Abstract: This article studies the discourse functioning logic of *Última Hora* newspaper, from Porto Alegre City (1960-1964), by acknowledging the presence of two relatively interdependent principles: fiction and the marvelous. Many signs of that presence are identified through the analysis of police news stories. Both principles contribute to realize that the periodical's verbal expression may be associated with the fulfillment of common sense discourse in the written press.

Palavras-chave: Imprensa Sensacionalista – Jornal *Última Hora*. Crônica Policial. Década de 1960.

Key words: Tabloids – *Última Hora* Newspaper. Police News Stories. 1960s.

¹ Este texto retoma e aprofunda algumas das principais conclusões de minha dissertação de mestrado, cujo conteúdo de seu último capítulo, em parte, está aqui desenvolvido (ELMIR, 1996, p. 208-225).

*Professor do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS. E-mail: elmir@unisinos.br.

A dimensão fictícia e imaginária de todos os relatos dos acontecimentos não significa que eles não tenham acontecido, mas, sim, que qualquer tentativa de “descrever” os acontecimentos (mesmo enquanto estão ocorrendo) deve levar em conta diferentes formas de imaginação (Kramer, 1992, p. 136-137).

A epígrafe que escolhi para introduzir este texto expõe um pouco da lógica que preside o discurso sobre o crime, seja ele enunciado por setores da imprensa, do parlamento, da magistratura, seja pela sociedade de uma maneira geral. Não penso, com isso, que exista uma univocidade capaz de agrupar estes diferentes atores em um mesmo propósito ou, tampouco, em juízos equivalentes quanto aos problemas enfrentados em relação à segurança pública e ao incremento da violência e da criminalidade. Ao contrário, como pude observar em outra ocasião (Elmir, 2001, p. 259-312), é justamente a disputa por enunciar o discurso legítimo sobre a criminalidade o elemento que mais aproxima estes setores sociais. Nesse sentido, parece ser mais correto falar em “vozes contraditórias” do que em “realidades contraditórias” (cf. Ginzburg, 1991, p. 210), quando nos referimos às questões pertinentes ao fenômeno criminoso.

Ao contrapormos a percepção recente sobre os anos 1950-60 ao entendimento de sociedade formulado naquela circunstância mesma, emergem alguns sinais de contradição quando nos damos conta que o juízo formulado por um setor específico da imprensa sobre fatos criminosos acontecidos contemporaneamente à sua veiculação não confere com as lembranças daquela conjuntura elaboradas entre 30 e 40 anos depois (v. Elmir, 1995, p. 135-163).

Esta discordância de opiniões não deve nos levar a investigar onde se localiza o que uma perspectiva de análise com tendência ao objetivismo poderia denominar de “erro”. Acredito ser mais produtivo o ponto de vista que atribui legitimidade para ambas as vozes, quando se leva em conta que elas atendem a lógicas explicativas distintas e igualmente válidas, segundo os objetivos que perseguem. Creio que, se assim procedermos, poderemos mais facilmente compreender a dimensão fictícia e imaginária presente no discurso do jornal *Última Hora*, desfazendo desta forma a tendência explicativa mais simples de atribuir ao vespertino a enunciação da mentira e a realização do engano.

Quando analisamos a linguagem utilizada pelo jornal, observamos que existem características formais na composição dos textos de o *Última Hora* que denunciam a presença de sinais ficcionais cuja constância não nos permite tomá-los por esporádicos. Ao contrário, é a sua recorrência o elemento que nos autoriza a dizer que, na construção da notícia, tão importante quanto a *matéria* a ser veiculada é a *maneira* como os redatores do jornal a dispõem, num jogo de dupla determinação (cf. Gay, 1990, p. 17-31).

O uso de uma linguagem simples, direta e concisa; a transcrição de frases supostamente ditas por vítimas, criminosos ou testemunhas; a reprodução de diálogos pretensamente havidos entre os sujeitos da matéria em questão; a inclusão excessiva de fotografias que retratam os personagens da reportagem antes, durante e/ou depois do crime; a descrição do clima que envolve depoimentos ou mesmo a cena do crime; o recurso à ironia como estratégia lingüística que afirma a ambigüidade ou o ceticismo do narrador²; a existência de títulos e subtítulos compostos em letras muito grandes, estimulando a ambigüidade do conteúdo da notícia. Todos esses elementos contribuem para que a produção discursiva do jornal *Última Hora* deva ser associada a um universo ficcional que dá conteúdo ao rótulo *sensacionalista*, tantas vezes visto, erroneamente, como auto-explicativo (v. Elmir, 2002, p. 261-273).

Com isso, podemos dizer que existe uma lógica ficcional que regula o fazer jornalístico da “crônica policial” de o *Última Hora*, sendo o tema do crime aquele que oferece as melhores condições para a sua reprodução. Além desses sinais de ficção arrolados acima para caracterizar a linha editorial do jornal, há outros exemplos que podem reforçar esta perspectiva de análise.

A partir de 18 de fevereiro de 1964, o *Última Hora* começa a publicar no seu *Segundo Caderno*, em página central, uma série in-

² “Sem dúvida, a ironia sanciona a afirmação ambígua e possivelmente até mesmo a ambivalente. É um tipo de metáfora, mas um tipo que sinaliza sub-repticiamente uma negação da asserção de similitude ou diferença contida no sentido literal da proposição, ou pelo menos lhe dá uma qualificação decisiva”. “(...) a ironia é a estratégia lingüística que fundamenta e sanciona o ceticismo como tática explicatória [sic], (...)” (WHITE, 1994, p. 93).

titulada *Crimes que abalaram o Rio Grande*. Trata-se da recriação de histórias de crimes famosos ocorridos no Rio Grande do Sul, por meio de histórias em quadrinhos, cujos episódios eram narrados diariamente sob a forma de pequenas tiras. A primeira história intitulou-se *O açougue macabro da Rua do Arvoredo*, cuja publicação findou em 13 de março³. A segunda história, *Maria da Conceição – a ‘santa degolada’*, começou a ser publicada em 14 de março, tendo o seu desfecho em 24 de abril, praticamente junto ao fechamento do jornal.⁴

Mesmo que não seja possível concordar rigorosamente com Alceu Amoroso Lima, que afirmou no fim dos anos 1950, em um ensaio clássico, a possibilidade de ver no jornalismo um gênero literário (v. Amoroso Lima, 1990), não há como negar um estatuto indefinido que assume a “crônica policial” de o *Última Hora*, dado pelos sinais ficcionais já assinalados, presentes em textos cuja condição de existência se localiza na premissa da abordagem de fatos criminosos reais.

Em vários momentos das memórias de Nelson Rodrigues, publicadas diariamente sob a forma de crônicas no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em 1967, percebe-se a afirmação de uma prática jornalística cuja motivação para a formulação das notícias residia menos na intenção de informar o leitor do que em tomar a realidade (os crimes efetivamente ocorridos) como estímulo à criação de textos nos quais a imaginação era o principal elemento ordenador dos fatos.

Para este escritor, não havia diferença entre a literatura e o jornalismo (Rodrigues, 1994, p. 245), indiferenciação que lhe autorizava a cometer em seus textos para o jornal *Última Hora* exercícios de sobreposição do real com o ficcional, nos quais quase sempre este último tornava-se o elemento predominante. Fora da redação do *Última Hora* carioca há alguns anos, Nelson Rodrigues afirmou: “Hoje, a reportagem de polícia está mais árida do que uma paisagem lunar.

³ Esta história foi minuciosamente descrita e analisada no primeiro capítulo de minha tese de doutorado (ELMIR, 2003a). Ver ELMIR, 2004, p. 72-6.

⁴ Os processos criminais de ambos os crimes, ocorridos na segunda metade do século XIX, foram transcritos pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (*Os crimes da Rua do Arvoredo*; 1993) e pelo Arquivo Público do Rio Grande do Sul (*Maria degolada. Mito ou realidade*; 1994) e publicados pela Escola Superior de Teologia (EST).

Lemos jornais dominados pelos idiotas da objetividade. O repórter mente pouco, mente cada vez menos” (Rodrigues, 1994, p. 205).

Ao fazer o elogio da mentira, Nélson Rodrigues não está defendendo o engano do leitor. Ao contrário, a mentira deve ser vista como um acordo entre o jornalista e o leitor, pelo qual o primeiro atende aos anseios por sensação do segundo. A interlocução mais eficaz entre um e outro parece depender desta combinação tácita em que o real se excede à sua circunstância e assume uma feição superlativa pelo acréscimo proporcionado pela imaginação do jornalista⁵. As suas lembranças sobre o tema do adultério, já referidas por mim em outro momento, parecem ser elucidativas deste diálogo (v. Elmir, 2003b, p. 199-241).

Especificamente em relação ao *Última Hora* do Rio Grande do Sul, o repórter Wanderley Soares, jornalista autodidata que trabalhou naquele jornal e no *Zero Hora*, sendo hoje colunista de *O Sul*, em depoimento concedido à Associação Rio-Grandense de Imprensa (ARI), em 9 de setembro de 1995, discutiu com bastante veemência a dimensão ética na prática jornalística de o *Última Hora*. Ao lembrar-se da sua experiência neste jornal no início dos anos 1960, revelou que muitas vezes fazia o trabalho do repórter da “busca da matéria”, enquanto Sérgio Jockyman era copidesque do jornal. Rememora um episódio em que trouxera para a redação uma pequena folha com dados sobre um crime ocorrido na cidade, que seria reescrito por Jockyman. No dia seguinte, lê uma extensa matéria no jornal, em página central, sobre aquele acontecimento, o que atesta a capacidade imaginativa do jornalista e nos leva a acreditar que as matérias sobre crimes no jornal constituíam a versão de mais uma voz neste processo de fabricar a realidade.⁶

⁵ Ao tratar da *mentira* como problema político e ético, Celso Lafer parte do sentido etimológico do termo, demonstrando a vinculação do vocábulo com a idéia de *invenção* e *imaginação* na sua origem latina (v. LAFER, 1992, p. 227).

⁶ Nos anos 1950, a introdução da figura do copidesque nas redações parecia atender a um objetivo distinto e, até mesmo, oposto da função assumida por Jockyman, segundo o relato de Soares: “Os manuais de redação marcam presença no ambiente jornalístico, aparando os antigos vícios de linguagem. E, se falharem, há a designação de uma nova função profissional, o copidesque, incumbida de puxar as duas orelhas de quem ainda revelar uma recaída à verborragia do velho Rui Barbosa. Além de zelar pela padronização da linguagem, o copidesque se encarrega de conferir se as informações são verídicas” (BULHÕES, 2007, p.137).

O repórter também menciona a coluna *Ronda nas Ruas*, escrita por Jockyman, e que consistia em pequenas notas nas quais, a partir de fatos verdadeiros, o jornalista inventava histórias relacionadas, preferencialmente, com crimes⁷. Outro episódio lembrado por Soares trata da cobertura de um temporal ocorrido no Rio de Janeiro. Como não havia tempo para que chegasse ao Rio Grande do Sul uma fotografia para ilustrar a manchete de capa, o vespertino gaúcho publicou o texto sobre a tempestade com uma foto de arquivo de um temporal havido na então capital federal alguns anos antes, sem revelar, evidentemente, que a imagem não correspondia à matéria.

Mesmo não sendo objeto do atual estudo, é interessante lembrar que a sucessão administrativa de o *Última Hora* de Porto Alegre pelo *Zero Hora*, entre abril e maio de 1964, não implica uma mudança radical na linha editorial do jornal. Acredito ser bastante plausível experimentar a hipótese – que ainda está por ser submetida a exame – de que o jornal *Zero Hora* continuaria com um perfil bastante semelhante ao sustentado pelo jornal de Samuel Wainer, em relação ao tratamento dado à “crônica policial”, pelo menos até o final de década de 1960. O que ocorreu de mais significativo neste período de transição (1964-1970) foi uma “despolitização” do jornal nos termos da composição política que ele mantinha com os representantes do regime deposto⁸.

⁷ Em maio de 1993 começou a ser publicada semanalmente no caderno *Cotidiano da Folha de São Paulo* uma crônica intitulada *Boletim de Ocorrência*. Nela, o escritor gaúcho Moacyr Scliar parte de um fato verdadeiro relacionado à “crônica policial” para criar uma pequena história com características literárias, à semelhança do que fazia Sérgio Jockyman há quase meio século em o *Última Hora*. (v. SCLIAR, 2009).

⁸ O jornal *Zero Hora* começa a circular em 4 de maio de 1964, e já no seu editorial de abertura deixa claro o alinhamento político com o regime militar recém instalado, ainda que disfarçado sob as vestes da imparcialidade: “Nasce hoje um novo jornal. Autenticamente gaúcho. Democrático. Sem vínculo ou compromissos políticos. Nasce com um único objetivo: servir ao povo, defender seus direitos e reivindicações, dentro do respeito às leis e às autoridades” (Reproduzido no Caderno Especial *30 anos. A notícia transformada em história*, encartado no *Zero Hora* do dia 4 de maio de 1994). A par de se operar nesta conjuntura “(...) a criminalização da atividade política” (cf. HOLLANDA & GONÇALVES, 1990, p. 93), o fato de se manter como diretor do novo jornal Ari de Carvalho garantiu a continuidade da dramatização da vida cotidiana pelas páginas policiais do *Zero Hora*. É interessante observar que este jornalista continuou atuando na imprensa por várias décadas, tendo sido proprietário de um bem sucedido jornal de

Em relação a esta questão que estou abordando agora, a da ficcionalização do texto jornalístico, há um exemplo desta continuidade entre o *Última Hora* e o *Zero Hora* da primeira fase, embora periférico, trazido pelas lembranças do início da carreira do escritor Luís Fernando Veríssimo, de um fato ocorrido já na segunda metade dos anos 60:

(...) comecei a redigir uma seção que se chamava Programinha, uma relação de bares e restaurantes da cidade. De vez em quando, inventava um bar ou restaurante, tão diferente que, achava eu, ninguém podia pensar que fosse de verdade. Mas um dia vieram me dizer que vários leitores tinham saído a procurar um CTG erótico na Cavallhada, que eu anunciara. Era melhor parar. Também me dei mal como astrólogo. Como nem sempre sobrava tempo para fazer o horóscopo, eu às vezes apenas trocava as previsões de signo, na suposição de que cada leitor só lia o seu. Houve protestos (Veríssimo, 1994, p. 92-3).

Por fim, é importante observar que os sinais ficcionais presentes no texto de o *Última Hora* não são uma exclusividade do representante gaúcho do vespertino, fazendo parte de um projeto editorial em nível nacional, que foi incorporado ao longo dos quatro anos em que este periódico circulou no Sul do Brasil. Mesmo não sendo possível comprovar, pela estrita contraposição interna dos enunciados, parece-me bastante plausível pensar em uma inspiração que o jornalista Sérgio Jockyman teve em Nelson Rodrigues para redigir as suas matérias, tendo em vista que este já escrevia para o jornal de Samuel Wainer, no Rio de Janeiro, desde a sua fundação, dez anos antes de ser criada a sucursal de Porto Alegre. Da mesma forma, o espaço que Jockyman dispunha no jornal em várias colunas, algumas assinadas, outras não, autoriza a dizer que

perfil popular no Rio de Janeiro (*O Dia*), muito próximo àquele que *Última Hora* cultivava nas décadas de 1950 e 1960 (Ver, a este respeito, *Revista de Comunicação* ano 11, n.42; novembro de 1995). Celito de Grandi lembra que, por ocasião do golpe, o *Diário de Notícias* e o *Correio do Povo* apoiaram o movimento golpista, constituindo o *Última Hora* uma das raras exceções na imprensa brasileira de crítica ao novo governo (DE GRANDI, 2005, p. 125). Mas o autor menciona, também, que, apesar do alinhamento político do *Zero Hora* ao regime recém instalado, o jornal não ficou a salvo, nos primeiros momentos, de ataques (invasões nas oficinas) de militares. Até mesmo porque restavam no corpo de jornalistas alguns remanescentes de o *Última Hora* (cf. DE GRANDI, 2005, p. 125-7).

este jornalista era o principal implementador da ficcionalização no texto de o *Última Hora*.⁹

De outra parte, mesmo que eu não tenha elementos para estabelecer uma relação menos aparente entre ambas, é possível identificar claramente sinais de similitude entre a prática jornalística empreendida pelo jornal *Última Hora* e as características no uso da linguagem que definem o *New Journalism* nos Estados Unidos nesta mesma conjuntura dos anos de 1960. Penso que não é correto identificar nesta semelhança uma derivação de “influência direta” deste sobre o jornal de Wainer, mas, ao sermos informados dos elementos que subsidiam a prática jornalística de Truman Capote, Tom Wolfe e Norman Mailer, entre outros, não há como deixar de reconhecer a sua aproximação com o jornalismo de o *Última Hora*, levando-nos a inseri-los num mesmo movimento intelectual que erige o jornalista como escritor e faz da linguagem literária uma estratégia discursiva recorrente¹⁰.

⁹ Paralelamente à carreira jornalística, Sérgio Jockyman publicou poesias, contos e um romance, sendo reconhecido também como escritor de ficção. Um dos crimes que maior repercussão alcançou em o *Última Hora* à época foi o assassinato da mulher do Deputado Estadual Euclides Kliemann, em junho de 1962. Nesta ocasião, o jornal de Samuel Wainer dedicou dezenas de edições ao “Caso Kliemann”, com extensas matérias (v. BARROS, 1999, p. 123-5). “Sérgio Jockyman afirma que é dele a criação fantasiosa da ‘Dama de Vermelho’, uma mulher que teria tido participação na morte de Margit. Todos os jornais passaram a dar enorme destaque à existência da ‘dama’” (DE GRANDI, 2005, p. 122). Em entrevista concedida em 1999, argüindo sobre a questão da imparcialidade no jornalismo, Jockyman, de certa forma, corrobora o pensamento de Nelson Rodrigues: “Agradar a todo mundo é ser insosso. O que nós temos hoje? Opiniões insossas. Todo mundo não quer ofender ninguém” (JOCKYMAN, 1999, p. 26).

¹⁰ Michael Johnson, em um estudo realizado sobre o *New Journalism* em 1971, arrola uma série de características na linguagem destes autores que se aproximam da prática jornalística de o *Última Hora*: desejo de ser direto, pessoal e imaginativo; uso da linguagem do homem comum; espontaneidade no tratamento dos detalhes; uso da ironia e da ambigüidade; pontuações dramáticas e cadeias rítmicas; recriação do sentimento, do ambiente mítico e psicológico; passagens do texto com presença visual, cinematográfica ou televisiva; atração pela violência. Para maiores detalhes e diferenciações de estilo entre os autores mencionados, ver JOHNSON, 1975. Para uma discussão recente do fenômeno “novo jornalismo”, “romance-reportagem” e “livro-reportagem”, ver FERREIRA, 2003. Ver, também, BULHÕES, 2007, p. 145-166. Na contracorrente deste nosso pressuposto, ao situar o projeto de modernização da imprensa brasileira e, mais especificamente, de seu “profissional”, entre as décadas de 1940 e 1970, Flávia Birolí, não obstante reconhecer a inexistência de “uma linha evolutiva homogênea e contínua” (BIROLI, 2007, p. 122), identifica este movimento de profissionalização do jornalista a um “modelo norte-americano”, que se oporia a um “modelo europeu (francês)” (BIROLI, 2007, p. 136). Certamente, estamos falando de referências jornalísticas norte-americanas distintas.

* * *

*Muitas coisas vertem maravilhosas e terríveis, mas nada verte mais terrível-maravilhoso do que o homem (Sófocles)*¹¹.

Se os sinais ficcionais podem ser entendidos como um princípio norteador da construção da notícia sobre o crime nas páginas de o *Última Hora*, existe um outro elemento cuja percepção regular no jornal autoriza a afirmar a sua importância dentro da lógica que preside a enunciação das matérias: o *maravilhoso*.

Certamente não estou tomando aqui a expressão *maravilhoso* como a qualidade do bom, do excelente ou do melhor. Estou me apropriando desta noção como uma categoria (Le Goff, 1990, p. 17) que possa definir com algum rigor situações nas quais a “regra” deixa de ser o objeto de nosso olhar e o “excepcional” assume a primazia em uma relação em que o estranhamento e o espanto tornam-se atitudes comuns.

Assim, podemos dizer que o “extraordinário” é elevado na fala jornalística a objeto preferencial na recriação dos acontecimentos, em que muitas vezes não existe correspondência entre a sua incidência efetiva na sociedade e a sua veiculação pelo periódico. Com isto, volto novamente a uma questão para a qual as fontes de que dispomos fornecem apenas soluções aproximadas, qual seja: até que ponto o recorte de realidade realizado pelo discurso jornalístico encontra sustentação nas práticas sociais? Ou, em outros termos, as sucessivas repetições do “extraordinário”, especialmente na “crônica policial”, não implicam num processo de banalização do crime, ao mesmo tempo em que se inverte na seleção a real incidência de tipos específicos de delitos tendo em vista os imperativos do jornal?¹²

¹¹ Tradução dos versos 332-3 da *Antígona*, de Sófocles, feita por Marco Zingano, e reproduzida em ROSENFELD, 1993, p. 118.

¹² É extremamente difícil estabelecer uma quantificação diferencial dos crimes, (pela sua natureza juridicamente prevista) de acordo com sua ocorrência nas matérias do jornal, ao longo do período de sua circulação. O peso diferenciado dado à abordagem do fenômeno criminoso nos textos do jornal e a subjetividade envolvida na construção da notícia, assim como a dispersão de sua presença espacial em qualquer parte do periódico, dificultam sobremaneira esta tarefa classificatória, que nossa ânsia objetivista poderia, legitimamente, reivindicar. Pesquisa sobre o *Última Hora* realizada alguns anos depois de minha dissertação, em 1270 edições do vesper-

Estou na verdade afirmando que não existe correspondência necessária entre a incidência de determinados tipos de crimes nas páginas da “crônica policial” e a sua real abrangência quantitativa na sociedade, assim como é fácil supor que o registro de ocorrências feito pela Polícia não encontra ressonância direta nas matérias de jornal. Não apenas porque era impossível ao *Última Hora* informar tudo o que era registrado, mas também porque ele fazia uma seleção que, não raro, atendia ao princípio do “quanto pior, melhor”; além de, muitas vezes, os seus textos constituírem o resultado de uma investigação própria, que independia das informações repassadas pelos distritos policiais.

O depoimento do jornalista Wanderley Soares, que trabalhou em o *Última Hora* ao longo dos quatro anos de sua existência, é significativo para esta discussão:

Naquela época, nos anos 60, não havia assalto a banco (...) e o homicídio era uma coisa excepcional. O repórter que tava [sic] começando, se no horário dele desse um homicídio, ele ficava maravilhado porque era uma coisa super densa e ele tinha que ir lá fazer e trazer tudo pro jornal. A história do crime, se foi com autoria desconhecida, era mais complicado ainda porque ele tinha que fazer as suas deduções. Ele tinha que fazer realmente uma investigação (Depoimento dado à ARI; Porto Alegre, em 09.09.1995).

Ao mesmo tempo em que revela uma cidade menos perigosa para se viver, Soares confirma que a busca do insólito nutria o fazer jornalístico de o *Última Hora*, conferindo ao repórter, quando este tinha sucesso, uma posição privilegiada entre seus pares. No mesmo depoimento, o jornalista revela que a cooperação na troca de matérias

tino gaúcho, revelou a seguinte distribuição temática de manchetes: “*Política* – 308 manchetes; *Polícia* – 180 manchetes; *Noticiário Internacional* – 167 manchetes; *Economia* – 105 manchetes; *Sindical* – 70 manchetes; *Acidentes* – 67 manchetes; *Esportes* – 29 manchetes, etc.” (HOHLFELDT, 2005, p. 31). Quando lemos os textos das manchetes, damos conta que muitas matérias referentes a acidentes, por exemplo, recebem um tratamento prioritariamente policial, fenômeno este observado com grande clareza nas edições do ano de 1960, período da maior presença de matérias desta natureza. Surpreendentemente, é para este mesmo ano – considerada a década compreendida entre os anos de 1958 e 1967 – que os acidentes de trânsito, segundo as estatísticas oficiais, são em menor número (cf. ELMIR, 1996, p. 74-79). Ver, também, ELMIR, 2002, p. 266-269.

corriqueiras entre membros de diferentes órgãos de imprensa era uma prática comum, ao passo que os “grandes casos” exigiam o silêncio que pudesse garantir a exclusividade na veiculação da notícia e na sua realimentação sucessiva por meio de informações que eram posteriormente acrescentadas em outras edições.

Ao tratar o tema do *maravilhoso* no ocidente medieval, Jacques Le Goff afirma a sua aparente oposição à banalidade e à regularidade do cotidiano, ao mesmo tempo em que reconhece que as suas manifestações se dão dentro da cotidianidade (Le Goff, 1990, p. 24-5). Pensando na aplicação dessas premissas conceituais para os propósitos de minha análise, é possível afirmar que a celebração do *maravilhoso* em o *Última Hora* é o elemento que possibilita inscrevê-lo no cotidiano, ao mesmo tempo em que – pelas repetições – garante ao jornal a credibilidade da notícia publicada. A par de se constituir essencialmente em um universo marcado pela enunciação do efêmero, o campo jornalístico fixa alguns sinais estereotipados de desordem – na medida em que repete o incomum –, fazendo do imprevisível, paradoxalmente, a expectativa de leitura de seu destinatário.

Não estou afirmando que qualquer matéria envolvendo fatos delituosos possa ser enquadrada na categoria do *maravilhoso*. A rigor, qualquer crime constitui a negação de uma ordem pré-estabelecida e, portanto, está previsto no Código Penal, estando sujeito o acusado às sanções que o poder judiciário possa lhe imputar. Contudo, não são os crimes de sedução, adultério, prostituição e estupro, na sua previsibilidade jurídica, exemplos do *maravilhoso*; são as representações destes crimes, em algumas circunstâncias, o que nos autoriza a nominá-los desta forma. Ou seja, o *maravilhoso* “é relativo, pois adquire vida em função do sujeito que percebe” (Giucci, 1992, p. 16). Podemos dizer, com isto, que o *crime maravilhoso* é o resultado de um trabalho de construção do texto jornalístico, pelo qual quase sempre não existe correspondência entre o sujeito enunciador e o objeto enunciado.

Como o sujeito que enuncia o *crime maravilhoso* é portador de um discurso do senso comum, muitas vezes a posição que o jor-

nalista assume diante do delito pode ser feita equivalente àquela que ele espera de seu provável leitor e que motivou a sua escritura. Ao lembrar que ainda no início dos anos sessenta a reportagem policial cobria casos de sedução, Wanderley Soares afirma:

O Mário [Mário Chardon, fotógrafo do UH] tirou uma foto da menina que era feíssima, junto com a mãe, e a menina com o rosto assim no peito da mãe, e ficou maravilhosa a guria na foto, mas ficou linda, e a mãe ficou bonita. E a postura das duas ficou uma coisa lírica (Depoimento dado à ARI; Porto Alegre, em 09.09.1995).

As memórias de Wanderley Soares parecem confirmar, em certo sentido, o entendimento de Roland Barthes de que “Não há ‘fait divers’ sem ‘espanto’ (escrever é espantar-se)” (Barthes, 1982, p. 61). Neste caso específico, a fotografia da moça seduzida (bonita) é uma representação diversa e até oposta do original (feia), novamente demonstrando que não existe correspondência necessária entre o objeto da percepção (a menina) e o sujeito vedor (o fotógrafo e/ou o redator) na caracterização do *maravilhoso*. O crime de sedução prevê, subjetivamente, que a “ofendida” seja capaz de incitar no “agressor” o desejo carnal. Não seria absurdo supor que os fotografos de o *Última Hora* tivessem a incumbência de adequar o resultado de seu trabalho à importância dos textos a que as fotos se referissem. É claro que elas deviam expressar verossimilhança com o tema abordado; e uma menina seduzida não poderia, neste caso, ser despossuída dos atributos físicos que a fizeram objeto do desejo de um homem. Neste exemplo dado por Soares, o seu texto de 12 linhas fora transformado por Sérgio Jockyman em 3 laudas, que acabaram constituindo a principal “matéria de polícia” daquele dia.

Além desta função de revelar o crível, a fotografia constituía um sinal de excepcionalidade do fato¹³. Ou seja, o delito cometido

¹³ Em um depoimento posterior àquele concedido à ARI (Associação Rio-Grandense de Imprensa), Wanderley Soares destaca, em outro sentido, o papel que o *Última Hora* teve na correta identificação da fotografia e na constituição de um arquivo fotográfico. Ou seja, uma preocupação técnica. (v. BARROS, 1999, p. 148-9). É interessante observar que entre os demais jornais informativos diários da capital gaúcha, a *Folha da Tarde* era o que mais se aproximava do perfil gráfico de o *Última Hora*. O uso da fotografia, paradoxalmente, como instrumento para falsear o objeto retratado é lembrado por Walter Galvani nas suas memórias sobre aquele periódico (GALVANI, 1996, p. 122).

era tão incomum que exigia a representação visual de seus agentes por parte da imprensa. Quando o crime deixa de ser *maravilhoso* e passa a ser, de certa forma, naturalizado, a fotografia perde o espaço central que ocupava na construção da notícia em benefício do texto. Neste momento, que, em Porto Alegre talvez possa ser localizado no início dos anos setenta, escrever já não é mais espantar-se como afirmava Barthes em 1962. Nas palavras de Wanderley Soares:

E a foto da vítima (...) era coisa obrigatória. O sujeito que chegasse na redação sem o “boneco” da vítima era um desastre, era sinal de incompetência e é por isso que acontecia o roubo da foto, o roubo sim. Se abria porta, se abria armário, se fazia (...) vigarice (...) se fazia qualquer negócio, (...)

Gradativamente, o que aconteceu? Os homicídios foram aumentando e passamos assim a “gradear” os homicídios. O que era mais importante e o menos importante (Depoimento dado à ARI; Porto Alegre, em 09.09.1995).¹⁴

Ao analisarmos o *Última Hora*, percebemos que o *maravilhoso* se manifesta pelo menos de duas maneiras: uma, que nos interessa mais diretamente e que diz respeito aos crimes, e outra que, mesmo não se referindo a fatos delituosos, pode ser também inscrita no universo do sensacional. Em ambos os casos, o *maravilhoso* concerne ao inexplicável, àquilo que exige do leitor muito mais um envolvimento emocional do que um exercício de reflexão crítica. Novamente, é Roland Barthes que ilumina a nossa análise:

¹⁴ Em pesquisa feita sobre o jornal *Diário de Notícias*, Celito de Grandi traz um depoimento do jornalista Ercy Torma, a respeito desta mesma conjuntura do início dos anos 1960, cujo teor é bastante compatível com as memórias de Wanderley Soares. Diz Torma: “Saíamos a rodar pela cidade, tínhamos que descobrir na rua o que estava acontecendo. Dentro do velho jipe do jornal, havia um velho rádio clandestino sintonizado na polícia. Ficávamos circulando e quando ouvíamos alguma informação pelo rádio, corríamos para o local. Nós já estávamos na rua, às vezes chegávamos antes dos policiais, porque até eles receberem o recado, ver quem estava de plantão, colocar gasolina nos carros... era um tempo enorme. Nós íamos direto. No caso de acidente ou assassinato, a gente pulava a janela, entrava, revirava o morto porque tinha que ter o ‘boneco do presunto’. Se não tivesse o ‘boneco’, já estava demitido de cara. Nós sempre tínhamos o flagrante, o local, a cena do crime, o ambiental. (...) Com isso conseguia-se fazer matérias mais fortes, com mais detalhes. Tentávamos ouvir das pessoas próximas alguma coisa sobre o morto. Muitas vezes, as pessoas não queriam se envolver. Você tinha que descobrir informações. E aí você inventava histórias. Era uma batalha” (In: DE GRANDI, 2005, p. 122).

Será preciso um dia fazer um levantamento do “inexplicável” contemporâneo, tal qual ele é representado não pela ciência, mas pelo senso comum; parece que, em matéria de ‘fait divers’, o inexplicável está reduzido a duas categorias de fatos: os prodígios e os crimes (Barthes, 1982, p. 61).

A sua apreciação, feita contemporaneamente à conjuntura de nosso objeto de estudo, é perfeita para inserirmos a prática jornalística de o *Última Hora*, pois a estamos entendendo como um discurso do senso comum que lança mão dos *fait divers* como seu tema privilegiado. Basta lermos os títulos de algumas das matérias do jornal para detectarmos a profusa presença do *maravilhoso*:

Médicos definiram Jair Solange: é mulher! (UH, 27.01.1961, p. central); Elisabete, a morta-viva (UH, 23.11.1961, p. central); Pelotas: Polícia raspará cabeça dos afeminados (UH, 14.12.1961, p. 8); Menino de onze anos pesa 17 quilos, não come nem bebe água! Vizinhos afirmam: é santo milagroso (UH, 18.01.1961, p. central); Ermitão louco vive amarrado há 5 anos (UH, 03.05.1961, p. 9); UH descobre nova Bernadete: “Eu vi a virgem” (UH, 18.02.1964, p. 2 da UH Revista).

Essas matérias referem-se àquilo que Barthes denominou de *prodígios* entre os *fait-divers*. Acontecimentos sobrenaturais, referências à anormalidade de coisas ou pessoas e milagres são alguns dos sinais que definem o *maravilhoso* entre os exemplos citados acima. Creio que não é preciso analisar cada um dos casos mencionados para esboçar uma explicação menos aparente do que constitui o *maravilhoso* nos textos da imprensa, razão pela qual irei me deter apenas em alguns poucos exemplos.

A matéria sobre Pelotas trata da perseguição a um homossexual no centro da cidade por uma multidão de 400 pessoas, depois de ter sido vaiado por um grupo de “menores”. Gestos femininos feitos para os rapazes, depois da vaia, teriam motivado o tumulto e a detenção de Giselda. Os policiais da Delegacia de Polícia resolveram raspar sua cabeça e depois a soltaram.

Em primeiro lugar, é fácil detectar a incompatibilidade entre a manchete anunciada e o texto da matéria que, segundo Danilo Angrimani, representa um dos elementos definidores da imprensa sensacionalista (Angrimani, 1995, p. 102). Os epítetos pelos quais é tratado o homossexual (“anormal”, “invertido”, “ridículo indivíduo”,

“afeminado”) revelam também outra característica deste tipo de jornalismo: a de se constituir numa instância moralizadora da sociedade. Ou seja, o jornal se atribui a prerrogativa de julgar os comportamentos que não correspondam a uma expectativa socialmente tolerada e, neste sentido, realiza uma espécie de “crítica intracultural” (White, 1994, p. 198).

Giselda é a representação do *maravilhoso*. O texto de o *Última Hora* cria a imagem de um ser deficiente, cujo comportamento excessivo, amaneirado, o distancia de um original perfeito: o do homem com atitudes masculinas. Mesmo sendo o alvo da perseguição e do deboche, a violência instituída pela multidão é legitimada pelo discurso do jornal, na medida em que o seu alvo é um ser incompleto, um homem inacabado. Ocorre, neste caso, a desqualificação moral da vítima, o que autoriza a justiça coletiva de seus algozes. Aqui, a vítima transmutada em criminoso constitui a ameaça para a sociedade.

Em outra matéria, “Elisabete, a morta-viva”, o *Última Hora* aborda o caso de uma mulher de 42 anos que vive em estado de coma há 70 dias, na cidade de Maceió. Num tempo em que a segmentação da prática jornalística ainda era muito incipiente, a explicação médica do fato cede lugar à preeminência da característica inexplicável do *maravilhoso*, senão vejamos: “Em vão procura a ciência localizar a causa da estranha moléstia. É o sono da morte” (UH, 23.11.1961, p. central). Com isso, o jornal sanciona o desfecho da situação da paciente, assumindo a posição de arauto de sua desdita final.

O testemunho pessoal do jornalista é a estratégia utilizada para dar credibilidade ao fato. Ele não ouviu falar simplesmente do caso de Elisabete. Ele viu a cena que lhe permitiu descrever um ser que se parece cada vez mais com o inumano: “(...) a pobre mulher permanece imóvel, bocejando algumas vezes, outras gemendo e esboçando movimentos faciais. Fotografada por *Última Hora*, não reagiu nem mesmo à intensa luz do ‘flash’” (UH, 23.11.1961, p. central).

O movimento de distanciamento do humano que o universo do *maravilhoso* comporta pode ser mais bem acompanhado pelo caso do “ermitão louco” que vivia há 5 anos amarrado. É neste exemplo que a associação *maravilhoso*/monstruoso melhor se configura: “(...)

jamais pronunciou palavra, seus membros foram ficando atrofiados e os cabelos e a barba cresceram, dando-lhe um aspecto atterrador” (UH, 03.05.1962, p. 9). Além dessa descrição, também nesta matéria o jornal fez menção às “constantes crises de fúria” de que o ermitão era acometido e ao “olhar vidrado” que sustentava na face. Afirma o vespertino que “(...) para tomar banho, 6 homens tiveram que segurá-lo”.

Mesmo fazendo referência a tratar-se de um caso real verificado na cidade de Pelotas, a inspiração de sua redação talvez se localizasse melhor na “cidade” dos ciclopes à qual Ulisses aporta na sua terrível (*maravilhosa*) viagem de volta a Ítaca (Canto IX da *Odisseia*). Contudo, é interessante verificar que nas três matérias subsequentes a esta, publicadas no jornal, o “Polifemo do *Última Hora*” passa por um processo de humanização, na medida em que o jornal vai “desvendando” a “verdadeira história” de Francisco Bonifácio Moreira. Com isso, revela que o jovem de 28 anos precisava tratamento psiquiátrico, conseguindo, por meio da primeira matéria de impacto, a mobilização do legislativo municipal para esse fim:

Na sessão de ontem da Câmara de Vereadores, um exemplar de *Última Hora* circulou de mão em mão. Os edis debateram o assunto com o maior interesse e o vereador Vicente Real afirmou que encaminhará à Mesa uma proposição, no sentido de que o legislativo pelotense envie ofício ao Secretário da Saúde, solicitando o internamento do louco no São Pedro, na capital. Por outro lado, choveram aplausos à reportagem de UH. Eram pessoas que se dirigiam à nossa sucursal, pessoalmente ou por telefone, manifestando seu apoio e elogiando a forma como este vespertino noticiou o fato (UH, 04.05.1962, p. 8).

O jornal, ao mesmo tempo em que “revela” à sociedade o *maravilhoso* (na primeira matéria), também é capaz de fornecer os elementos que permitem compreendê-lo de maneira racional (nas outras três matérias). Assim, o *maravilhoso* serve de estratégia mobilizadora da opinião pública tanto para o caso que é objeto de reportagem quanto para transformar o jornal, também, em notícia. Com isso, é possível dizer que o jornal sensacionalista cumpre, muitas vezes, a característica de fazer confundir na sua figura o sujeito e o objeto da notícia.

Ao lado dos prodígios, as situações criminosas, propriamente ditas, constituem a outra ênfase do *maravilhoso* no discurso da imprensa sensacionalista. O *crime maravilhoso*, na sua configuração discursiva, pode ser caracterizado como aquele que implica um processo de dupla transgressão, ou, de uma transgressão dentro da transgressão. Novamente, os títulos das matérias de o *Última Hora* são elucidativos deste entendimento, razão pela qual irei transcrever alguns deles:

Ex-Correcional apunhalou 10 vezes o paralítico (UH, 10.09.1960, p. 7); 22 dias acorrentada (UH, 27.05.1961, p. central); Comerciante denuncia ao Secretário de Segurança: Mulher foi vendida pelo marido a um inspetor de Polícia (UH 24.05.1961, p. central); Monstruosidade: mãe conservava filho de 6 anos preso pelo pé! (UH, 30.03.1962, p. central); Denúncia de ritual macabro na vila sem delegado. Corpo de criança conservado em álcool era usado na magia negra! (UH, 02.06.1961, p. central); Amassou a cabeça do amante a machadinha (UH, 02.07.1960, p. 7); Canoas: cobrador feriu a bala um passageiro (UH, 18.07.1960, p. 10).

Ora, o que estou entendendo como um processo de dupla transgressão? Além do crime, em si, constituir a negação de uma ordem estabelecida, de uma regra consagrada como legítima, ele pode conter uma série de agravantes que o tornam formidável. O sentimento de espanto que o discurso do crime pode incitar é duplicado pelo inesperado das circunstâncias descritas pelo periódico. Assim, quase invariavelmente, o procedimento utilizado pelo vespertino é o de publicar uma primeira matéria de grande impacto, na qual a ambigüidade e os poucos dados fornecidos criam um clima de mistério e de suspense que só será dissipado paulatinamente ao longo das outras edições do jornal, quando as matérias de o *Última Hora* assumem um tom mais explicativo.

Assim, o texto da primeira matéria sobre a “venda” da mulher pelo marido a um inspetor de polícia traz uma série de expressões do insólito, que demonstram para o leitor a incompreensão do próprio redator quanto às circunstâncias do fato: “estranheira denúncia”, “escabrosa história”, “estranha história”. Contudo, o mais inesperado é o fato de um representante da ordem/lei transgredi-la ao comprar a mulher do próprio marido dela.

O insólito nas páginas de o *Última Hora* é um caleidoscópio de impossíveis. Quando lemos o título “Canoas: cobrador feriu a bala um passageiro”, temos uma inversão de ênfase em relação à situação efetivamente ocorrida. O texto da matéria aponta que, na realidade, o cobrador revidou com um tiro a agressão do passageiro que não quis pagar a passagem. A duplicação do inesperado dá-se quando o jornal revela que Alcides Guadain de Moraes, o cobrador, media apenas um metro e dez centímetros, apesar de seus 21 anos.

Outros sinais do *maravilhoso* aparecem nas demais matérias que enumerei acima. Na denúncia de “ritual macabro” em um dos morros do bairro Partenon, em Porto Alegre, o jornalista descreve o aspecto monstruoso da criança nascida morta com 7 meses e conservada em álcool em um vidro: “Decorridos vários meses, o pequeno cadáver tomou um aspecto horroroso. ‘Tem os cabelos muito compridos e as unhas retorcidas’ – afirmam testemunhas”. Sem este apelo visual contido no texto da reportagem, não havia como o *Última Hora* definir o caso como uma “tétrica revelação” ou uma “estrangeira denúncia”.

Talvez seja um exagero afirmar que o *maravilhoso* “(...) é aquele que encontramos em estado bruto, latente, onipresente em tudo o que é latino-americano. Aqui o insólito é cotidiano, sempre foi cotidiano” (Carpentier, 1987, p. 125). Acredito que possa ser mais proveitoso tentar identificar manifestações históricas do *maravilhoso* – datadas e localizadas no espaço –, a fim de percebê-las não como uma essência ou um aspecto da “natureza”, mas como o resultado de uma construção que depende de um sujeito que vê e enuncia e de um objeto que é visto e enunciado. E estes são, certamente, particulares e, não raro, desiguais.

O jornal *Última Hora*, no início dos anos 60 do século passado, em Porto Alegre, foi o repositório privilegiado desta construção do *maravilhoso*, estivesse ele associado aos prodígios ou aos crimes, tendo sido capaz de elaborar ao longo de quatro anos as imagens daquilo que seus concorrentes refutaram como matéria-prima para a realização do chamado jornalismo informativo diário. O *Última Hora*, ao abordar o *maravilhoso*, foi capaz de inserir o imponderável no

cotidiano dos leitores. Com isto, seu fazer jornalístico perseguiu aquilo que a palavra grega *deinos* quer dizer, especialmente para a tragédia: “a ‘coisa maravilhosa e terrível’ que exerce um impacto patético sobre seu espectador” (Rosenfield, 1993, p. 118). Por ter a capacidade de englobar ao mesmo tempo o bom e o ruim, podemos dizer que é a qualidade do *formidável* o elemento que melhor sintetiza a combinação das práticas sociais negativas na sua apreensão na escrita de o *Última Hora*.

REFERÊNCIAS

- AMOROSO LIMA, Alceu. *O jornalismo como gênero literário*. São Paulo: Edusp, 1990.
- ANGRIMANI, Danilo. *Espreme que sai sangue*. Um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.
- BARROS, Jefferson. *Golpe mata jornal*. Desafios de um tablóide popular numa sociedade conservadora. Porto Alegre: Já, 1999.
- BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BIROLI, Flávia. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do “jornalismo moderno” no Brasil. *História*, São Paulo, v.26, n.2, 2007, p. 118-143.
- BULHÕES, Marcelo. A hora e a vez do *New Journalism*. In: *Jornalismo e literatura em convergência*. São Paulo: Ática, 2007, p.145-166.
- CARPENTIER, Alejo. *A literatura do maravilhoso*. São Paulo: Vértice, 1987.
- DE GRANDI, Celito. *Diário de Notícias*. O romance de um jornal. Porto Alegre: L&PM, 2005.
- ELMIR, Cláudio Pereira. Polícia, justiça e imprensa: as disputas para a constituição do campo legítimo para a enunciação do crime. In: *Justiça & História* vol.1, n.1 e 2. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, 2001, p. 259-312.
- ELMIR, Cláudio Pereira. *O crime da Última Hora*. Porto Alegre na passagem dos anos 50. Porto Alegre: UFRGS, 1996 (Dissertação de Mestrado em História).

ELMIR, Cláudio Pereira. *A história devorada*. No rastro dos crimes da Rua do Arvoredo. Porto Alegre: UFRGS, 2003a (Tese de Doutorado em História).

ELMIR, Cláudio Pereira. *A história devorada*. No rastro dos crimes da Rua do Arvoredo. Porto Alegre: Escritos, 2004.

ELMIR, Cláudio Pereira. Os anos dourados de Porto Alegre: a construção do mito da idade de ouro na memória da cidade. In: HAGEN, Acácia e MOREIRA, Paulo (Org). *Sobre a rua e outros lugares*. Reinventando Porto Alegre. Porto Alegre: AHRs / Caixa Econômica Federal, 1995, p. 135-163.

ELMIR, Cláudio Pereira e ROLDÃO, Rita de Cássia dos Santos. O discurso do *Última Hora* de Porto Alegre: oralidade, sensacionalismo e populismo na imprensa gaúcha (1960-1964) (Notas de pesquisa). In: *História UNISINOS* vol.6, n.5, São Leopoldo, jan/jun 2002, p. 261-273.

ELMIR, Cláudio Pereira. A transgressão do limite: sedução, adultério, prostituição e estupro no Rio Grande do Sul de meados do século XX. In: *Justiça & História* vol.3, n.6. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, 2003b, p.199-241.

FERREIRA, Carlos Rogé. *Literatura e jornalismo, práticas políticas*. Discursos e contradiscursos, o novo jornalismo, o romance-reportagem e os livros-reportagem. São Paulo: Edusp, 2003.

GALVANI, Walter. *Olha a Folha*. Amor, traição e morte de um jornal. Porto Alegre: Sulina, 1996.

GAY, Peter. *O estilo na história*. Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do maravilhoso*. O novo mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOHLFELDT, Antonio. Samuel Wainer: a aventura gaúcha. In: MELO, José Marques de (Org.). *Imprensa Brasileira*. Personagens que fizeram história. Vol. 2. São Paulo: UESP / Imprensa Oficial, 2005, p. 23-34.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de & GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HOMERO. *Odisséia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000. (Tradução em versos de Carlos Alberto Nunes).

JOCKYMAN, Sérgio. Humor e jornalismo em cinco décadas (Entrevista concedida à Carolina Fillmann). In: ENDLER, Sergio (Org.). *Caderno Vox*. São Leopoldo: Curso de Comunicação Social / Jornalismo UNISINOS, 1999, p. 7-43.

JOHNSON, Michael L. *El nuevo periodismo*. Buenos Aires: Troquel, 1975.

KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick La Capra. In: HUNT, Lynn (Org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.131-173.

LA FER, Celso. A mentira: um capítulo das relações entre a ética e a política. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 225-237.

LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1990.

Maria degolada. Mito ou realidade? Porto Alegre: Arquivo Público do Rio Grande do Sul / Escola Superior de Teologia, 1994. *Os crimes da Rua do Arvoredo*. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Escola Superior de Teologia, 1993.

RODRIGUES, Nelson. *A menina sem estrela*. Memórias. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ROSENFELD, Kathryn Holzermayr. O trágico: conceito estético, ético ou psicanalítico. In: NUNES, Benedito et. al. *Filosofia Política 7: O trágico*. Porto Alegre: L&PM, 1993, p. 116-128.

SCLIAR, Moacyr. *Histórias que os jornais não contam*. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. *Traçando Porto Alegre*. 3ª ed. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1994.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994.

Recebido em 26 de maio de 2009.

Aprovado em 23 de setembro de 2009.